

Assistentes Sociais se preparam para um novo contexto político



FOTO: AMANIR NIKO

3 ANUIDADE

Veja os descontos para o pagamento da cota única

7 PROCEDIMENTOS

Saiba sobre os direitos e deveres do profissional

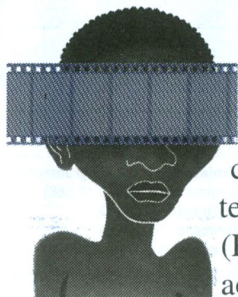
3 GESTÃO

Diretoria faz um balanço positivo dos sete meses à frente do Conselho

2 ATO MÉDICO

Cress tenta impedir aprovação do Projeto de Lei

Um convite à reflexão



O cinema é a maior diversão, assim dizem os cinéfilos, mas também pode ser um bom instrumento de capacitação profissional para o assistente social. Por isso, o conselheiro do Cress (RJ), Rodrigo Silva Lima, faz um convite aos assistentes sociais para assistirem a dois filmes que, em sua opinião, são fundamentais para a categoria "Cidade de Deus" e "Ônibus 174".

A expectativa em torno do governo que tomará posse em janeiro é muito grande.

A assistente social e professora da Uerj, Marilda Yamamoto, faz uma análise do projeto de governo do presidente eleito Luis Inácio Lula da Silva e acredita que será possível propiciar um terreno para que se comece a implementar um novo projeto societário, que os assistentes sociais tanto buscam através do seu projeto ético-político. O historiador, doutor em Serviço Social e professor da UFF, Haroldo Abreu, faz uma avaliação da atual conjuntura e aponta as reais possibilidades de mudança. A presidente do Cress, Hilda Correa, também apresenta um panorama do Serviço Social nesse novo contexto político.

EDITORIAL

A vitória de Luis Inácio Lula da Silva com uma larga margem percentual representa o desejo de mudança. Os brasileiros perderam o medo de apostar em uma sociedade mais justa, com menos desigualdades sociais e mais democratização das oportunidades e direitos. É preciso estar ciente que o governo Lula enfrentará muitas dificuldades, principalmente depois de anos de implantação de uma política neoliberal. Mas é importante destacar que o projeto societário desse governo democrático-popular tem uma relação direta com o projeto ético-político dos assistentes sociais. Acreditamos que cabe a nossa categoria apoiar e ajudar na construção desse mundo melhor e possível.

A posse do presidente eleito será em janeiro e, por isso, reservamos algumas páginas dessa edição para fazer uma análise sobre esse novo contexto social e político e avaliar as reais perspectivas do assistente social nesse projeto societário.

Um artigo do assistente social e atual conselheiro do Cress, Rodrigo Silva Lima, convida a categoria para assistir a dois filmes de sucesso que estão em cartaz: "Cidade de Deus" e "Ônibus 174", que têm como tema central a questão social.

Na página três, a diretoria do Cress faz um balanço positivo dos sete meses de gestão e avalia que já houve muita conquista, mas conta com a categoria para avançar e fortalecer a entidade. Uma das maiores conquistas é o investimento no aprimoramento da formação, capacitação e fiscalização profissional. Para isso, estamos combatendo a inadimplência na entidade. Um de nossos objetivos é implementar uma política de descentralização e atingir profissionais de todo o estado. Você também poderá conferir o resultado de nossa última assembleia, que discutiu as ações do Conselho e deliberou o valor da anuidade de 2003. Veja como conseguir o desconto da sua anuidade pagando em cota única até 31 de janeiro. Lembramos que as portas do Cress estão abertas para a categoria conhecer de perto como e onde são aplicados nossos recursos. Esperamos por você!

A Diretoria

INFORMES

ATO MÉDICO

O Conselho Regional de Serviço Social 7ª região, junto com outros Conselhos, sindicatos e associações da área de saúde está mobilizado para impedir a aprovação do **Projeto de Lei nº 025/02**, que define o **Ato Médico**. Esta iniciativa do Conselho Federal de Medicina (CFM) tem o objetivo de "definir ato profissional de médico". Entretanto, seu conteúdo apresenta uma nefasta **proposta de restringir ao médico procedimentos já garantidos por lei a outros profissionais**. O texto inicial feria a Constituição Federal em seu artigo 5º, Inciso XIII, que determina ser "**livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações que a Lei estabelecer**", assim como afronta a Lei nº 8662/93 que regulamenta o exercício profissional do assistente social.

A iniciativa do CFM é alvo de protesto de diversas entidades por entenderem que os trabalhadores e movimentos organizados da área de saúde têm pautado suas ações e polí-

ticas no princípio da interdisciplinaridade, tendo como base profissões legalmente habilitadas e fundamentadas para prestar um atendimento integral à população. Sendo assim, não há qualquer possibilidade de serem aceitas as prerrogativas arbitrárias de um dos componentes desta área em detrimento das demais especialidades que, reconhecidamente, desenvolvem um trabalho comprometido com a saúde das diversas comunidades.

O Cress tem participado de abaixo-assinados e documentos de repúdio, encaminhando-os a parlamentares e autoridades públicas, assim como de reuniões com as entidades representativas dos trabalhadores da área da saúde, por entender os diversos prejuízos que a população poderia vir a sofrer na hipótese de aprovação de tal projeto de Lei. Vale destacar que esse projeto rompe com a necessária interdisciplinaridade profissional na atenção à saúde, que é um dos aspectos fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS).

EDUCAÇÃO

A Secretaria do Cress está cadastrando profissionais interessados em participar da Comissão de Educação, que iniciará os trabalhos em fevereiro de 2003.

COMISSÃO SOCIOJURÍDICA

O Cress realizou em outubro reuniões com os assistentes sociais do Tribunal de Justiça, do Degase, do Desipe, do TRE, do TRF, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Nestas reuniões, foram escolhidos representantes destas instituições para compor a Comissão Sociojurídica.

No mês de novembro ocorreu a primeira reunião do grupo. Na ocasião, foram feitas discussões sobre os objetivos da comissão e sobre o material procedente dos en-

contros com os assistentes sociais, que aborda as principais ações desenvolvidas, dificuldades e expectativas desses profissionais em relação ao Cress.

As reuniões serão mensais e as próximas darão continuidade a reflexão sobre a ação articulada do Cress com a categoria que atua nesta área. Compõem a pauta da Comissão, por exemplo, as funções desempenhadas pela categoria na área Sociojurídica e a necessidade de dar visibilidade à ação do Serviço Social neste campo da política social. Participe!

CURSO

O curso de extensão "Gênero, Saúde e Reprodução", promovido pelo Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia: demandas sociais e políticas públicas (PEGGE) da Faculdade de Serviço Social da Uerj, está com as inscrições abertas no período de 10 de janeiro a 19 de março. São 64 horas de aula, que acontecem todas as segundas-feiras das 14h às 18h de 24 de março a 14 de julho. Serão oferecidas 25 vagas.

CICLO DE DEBATES

A Universidade Federal Fluminense, o Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento regional e o Departamento de Serviço Social de Campos estão promovendo um Projeto de Extensão; "Estudos Complementares ao Estágio Supervisionado em Serviço Social". Os debates acontecem às segundas-feiras, de 16h às 17h30min (veja quadro).

13 de janeiro - Movimento Estudantil - Uma proposta do Setor de Serviço social da UENF.

20 de janeiro - A Problemática da Dependência química no Hospital Psiquiátrico Abrigo João Viana.

27 de janeiro - As Organizações e a Saúde Mental do trabalhador.

CONSELHO DA COMUNIDADE

O Conselho da Comunidade (órgão da execução penal), em obediência a lei 7210 de 1984, renova sua diretoria em dezembro de 2002. O Cress tem o cargo de 1ª Secretária há um ano e é reconhecida a importância de nossa presença. Esse é mais um espaço de luta, junto com outras entidades presentes neste Conselho, como a Comissão de Direitos Humanos da Alerj, a Defensoria Pública, o Viva Rio/Serviço de Assistência Jurídica, entre outros. Essa luta se impõe aos assistentes sociais, dadas as condições de precariedade e aviltamento de direitos no sistema penitenciário do Estado do Rio de Janeiro, evidenciadas em várias visitas às unidades prisionais e denúncias que chegam ao Conselho.

Tenho recebido constantemente o Boletim Eletrônico do Cress. A divulgação dos concursos e eventos registrados pelo Via Cress atinge não somente seu público alvo que são os assistentes sociais, mas outras categorias. Tem sido muito útil para nós administradores. Continuem assim. Obrigada e um grande abraço.

Waléria Maciel - Analista de Negócios - Gerência de Planejamento de Receita e Reporting

Nota da Redação - O Via Cress é um boletim eletrônico do Cress com periodicidade semanal. Ele faz parte da implementação da Política de Comunicação adotada pelo conselho que visa promover uma integração cada vez maior com a categoria e com o movimento social organizado. Para receber essa publicação, basta credenciar o seu e-mail na secretaria da entidade.

CARTAS



EXPEDIENTE

PRA^{XIS}

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - 7ª REGIÃO - JUNHO / 2002

Presidente: Hilda Corrêa de Oliveira
Vice-Presidente: Mavi Pacheco Rodrigues
1ª Secretária: Rosely Reis Lorenzato
2ª Secretária: Marcio Eduardo Brotto
1ª Tesoureira: Vera Maria Ferreira Santos
2ª Tesoureira: Marinete Cordeiro Moreira

Suplentes: Andréa Cristina Alves Pequeno, Renato dos Santos Veloso, Rodrigo Silva Lima, Elisabete Amorim, Leandro, Fátima Valéria Souza e Claudete Jesus de Oliveira

Conselho Fiscal: Eliziane Oliva Dourado, Magali da Silva Almeida e Sandra Regina do Carmo.
Suplentes: Italuana Guimarães Rosário, Tânia Maria Dahmer Pereira e Luciene da Rocha

Comissão de Comunicação: Marcio Eduardo Brotto, Renato dos Santos Veloso e Rodrigo Silva Lima.

Norte e Nordeste Fluminense - Delegado: Leonardo Marques Pessanha; Tesoureira: Junia de Souza Elias; Secretário: Surana Fonseca Monteiro. Suplentes: Marcelo Barbosa Carvalho, Mauci Isabel dos Santos e Tânia Elizabete Gonçalves
Rua 21 de Abril, 272, s.311 - CEP 28010-170 - Centro
Telefax: (22) 2723-9464

Sul Fluminense - Delegado: Ariane Rego de Paiva; Tesoureira: Angela Amélia Chaves de Sá; Secretário: Eliane Coimbra Farhat. Suplentes: Luciana Adriele do Nascimento, Cristiane Valéria da Silva Barvelo e Helenice Pereira Melo de Almeida
Rua 25-A, 23 s/802, Vila Sta. Cecilia - CEP 27261-050
Telefax: (24) 342-6886

Jornalista Responsável: Cecília Contente (MTB/RJ 17.232)
Projeto Gráfico e Diagramação: Virginia Aôr (MTB/RJ 18.588)
Ilustração: Carlos D
Impressão: Tipológica
Tiragem: 8.000 exemplares
Rua México, 41, grupos 1203-1205
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20031-144
Telefax: (21) 2240-1727 / 3627 / 0822
e-mail: cressrj.ascom@apic.com.br

Balanço e perspectivas

Diretoria faz avaliação dos sete meses de gestão

A busca por um Conselho Regional de Serviço Social mais ágil e mais dinâmico com o objetivo de melhorar, cada vez mais, o atendimento à categoria é um dos principais objetivos da atual diretoria do Cress. A gestão "A gente é tanta gente aonde quer que a gente vá" assumiu a direção do Conselho há sete meses e desde então tem implementado um modelo de administração, que assumiu na campanha, de transparência e de alterações na área de recursos humanos. A proposta é promover maior interação entre a Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi) com as Delegacias Regionais (Campos e Volta Redonda) e os demais setores internos do Cress como secretaria, atendimento e assessoria. Com isso, afirma a vice-presidente do Conselho Mavi Pacheco Rodrigues, a diretoria pretende aprimorar a atividade fim, que é a defesa de um Serviço Social de qualidade, em consonância com o projeto ético-político, através da fiscalização do exercício profissional.

A diretoria do Cress faz um balanço positivo dos sete meses de gestão e avalia que já houve muita conquista, mas conta com a categoria para avançar e fortalecer a entidade. Uma das maiores conquistas é o investimento na formação de qualidade e capacitação profissional. O reflexo dessa preocupação pode ser visto na realização dos dois cursos promovidos pelo Cress na sede do Conselho a preços reduzidos: "Instrumentos e Técnicas de Intervenção Profissional" e "Introdução aos Direitos Humanos". Na expectativa de implementar o projeto ético-político, a diretoria através da Comissão

de Formação e Trabalho, está fazendo parcerias com escolas de Serviço Social. Também pretende aprofundar a parceria com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (Abepss) e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (Enesso). A Comissão de Inscrição também estabeleceu que o ato da entrega de carteiras (registro profissional) fosse um momento especial dada a importância de receber e orientar o profissional desde o início da sua carreira, reafirmando seus direitos e deveres e abrindo as portas da entidade para a participação desses novos profissionais.

Orientação e Fiscalização

"Visando dar um profundo atendimento às demandas postas à categoria estamos privilegiando nessa gestão a intensificação das visitas aos locais de atuação profissional, no interior do Estado e Grande Rio", explica Mavi. É importante destacar que essa política de interiorização foi um dos compromissos de campanha e que tem avançado muito. A proposta é implementar uma política de descentralização e atingir profissionais de todo o estado.

Representantes das Delegacias Regionais estão participando efetivamente do pleno e esse é um tema frequente nas discussões da Cofi. A idéia é proporcionar maior articulação das comissões temáticas do Cress com a Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi) e com a Comissão de Ética.

A atual gestão tem incentivado e promovido debates públicos na área de saúde, gênero e etnia, álcool e outras

drogas entre outros, que têm contado com grande participação da categoria. A vice-presidente acredita que esses debates potencializam o exercício profissional na direção do projeto ético-político. Uma das grandes expectativas é que esses debates aconteçam em 2003 em uma perspectiva descentralizada para que possam atingir os assistentes sociais que atuam no interior do estado.

A diretoria decidiu combater a inadimplência ostensivamente, pois para implementar os objetivos apresentados é preciso equilibrar as finanças do Conselho. Os procedimentos adotados são o envio de cartas, boletos de re-cobrança do ano em curso (previsto na regulamentação) e, nos casos de reincidência, o encaminhamento à Dívida Ativa. É fundamental cumprir os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral do Cress. Essa diretoria aposta na responsabilidade dos assistentes sociais em construir coletivamente uma entidade forte.

Um dos grandes desafios, principalmente nessa nova conjuntura política do país, é dar maior visibilidade ao exercício profissional junto à categoria e a sociedade. Mavi acredita que esse é o momento do assistente social trabalhar com intensidade a mobilização e organização popular, pois o profissional de Serviço Social possui uma relação estreita com a população que demanda pelas políticas públicas. Para isso, é preciso garantir espaços em que se possa mostrar a enorme contribuição que o assistente social pode prestar através de sua atuação e de sua produção teórica. A política de comunicação vai merecer grande atenção do conjunto CFESS/Cress no próximo ano. O Cress (RJ) tem estado na vanguarda desse processo e muito já tem sido feito no sentido de fortalecer essa área estratégica para o Serviço Social.

Eventos

O Conselho Regional de Serviço Social 7ª Região tem promovido várias atividades em áreas de atuação do assistente social. Na última edição do Práxis foram publicados diversos eventos em que o Cress participou ativamente com o apoio da categoria. De outubro a dezembro, até o fechamento desta edição, muita coisa aconteceu. Além dos eventos promovidos fora da sede, tivemos em nosso Conselho debates públicos e palestras que contaram com a presença da categoria e de representantes de diversos segmentos do movimento social organizado.

Como parte das comemorações do Dia da Consciência Negra e do Dia Internacional do Não à Violência Contra a



FOTO: ARQUIVO GRESS

Mulher, o Cress, através da Comissão de Gênero e Etnia, organizou dois debates: "Desigualdades e racismo: construindo estratégias de resistência" e "Estratégias de enfrentamento da violência contra a mulher", que contou com a presença da assistente social Marisa Gaspari e da psicóloga e psicanalista Denise Brasil, mediadas pelo conselheiro Renato Veloso (foto).

A Comissão de Estudos Álcool/Drogas promoveu um debate baseado na apresentação da dissertação de mestrado da assistente social Therezinha de Jesus Ramos, "Alcoolismo: Trabalho e Violência", que trata do programa de atendimento ao trabalhador alcoolista da UFRJ.

A Comissão da Criança e do Adolescente também retomou suas atividades. Foi criada a Comissão Sociojurídica que reúne profissionais que trabalham na área. Os encontros do Núcleo de Estudos e Assessoria ao Trabalho dos Assistentes Sociais de Empresa (Neat) tiveram suas vagas disputadas.

O Fórum Estadual de Assistência, realizado na Firjan teve um desdobramento que aconteceu no auditório do Cress. O objetivo foi definir estratégias para garantir a representatividade de todo o Estado do Rio de Janeiro nas eleições do Conselho Estadual de Assistência Social.

O Cress reuniu várias assistentes sociais que atuam na área de saúde no Município do Rio de Janeiro que estavam interessadas em discutir as atribuições do Serviço de Saúde na área de Saúde Mental.

Participe das comissões do Cress. Sua contribuição é fundamental para o fortalecimento da nossa entidade.

ASSEMBLÉIA

A última Assembléia Geral Ordinária dos assistentes sociais de 2002 foi realizada no dia 24 de outubro. Foi decidido, por unanimidade, manter em 2003 o valor da anuidade que vem sendo adotada nos dois anos anteriores. A decisão está de acordo com o valor designado no Encontro CFESS/Cress, que indica um patamar entre 140 e 170 Ufir (a referência é apenas para manter a mesma base de cálculo). É preciso lembrar que a assembléia é a instância máxima de decisão do Conselho e é aberta a todos os profissionais que quiserem participar. Todos os assistentes sociais, que estejam em dia com o Cress, têm direito ao voto.

Outro item de pauta da assembléia foi o repasse do Encontro Nacional CFESS/Cress realizado em setembro, em Brasília. Os delegados do Rio de Janeiro relataram as deliberações e os principais pontos dos debates e palestras do evento.

ANUIDADE DE 2003

★★O valor da anuidade, R\$ 169,17, cobrado nos anos de 2001 e 2002 será mantido em 2003. ★★Aproveite os descontos nos três primeiros meses do ano. No pagamento de cota única, até dia 7 de fevereiro, o Conselho oferece um desconto de 15% e cai para R\$ 143,79. ★★Até o dia 7 de março, o desconto é de 10% e o valor fica em R\$ 152,25. ★★Até 5 de abril, o desconto é de 5% e fica em R\$ 160,71. ★★O profissional também pode optar pelo pagamento em 5 parcelas no valor de R\$ 33,83.

DICA - Guarde os seus comprovantes de pagamento, pois a anuidade deve ser anotada na carteira.

ATENÇÃO
Estar regularizado junto ao Cress significa exercer legalmente a profissão.

Um novo contexto



FOTO: JOÃO ROBERTO RIPPER

e sociedade.

As principais promessas na área social são a criação de um programa de inclusão social, alimentar e de emprego, com o objetivo de reduzir as desigualdades. Na área da saúde, destaca Marilda, existe por parte do novo governo uma visão administrativa e na área da assistência há uma visão emergencial. O programa de governo referenda o Estado na gestão das políticas públicas, mas existe ainda um longo caminho a percorrer. O programa "Comunidade Solidária", por exemplo, lançado no governo de

Fernando Henrique Cardoso ainda é uma grande interrogação. Não é possível afirmar sua continuação. Mas não há dúvida de que o projeto Fome Zero será a grande vedete da administração Lula, que apresenta um total de 25 programas de combate às desigualdades no seu plano de governo.

Transparência

O novo governo também pretende dar mais transparência às suas ações. Uma de suas metas é a defesa da Constituição. Na esfera pública, ampliar o campo dos direitos sociais. Na esfera mercantil de serviços, ampliar os direitos do consumidor. E na esfera filantrópica mostrar que a política baseada em filantropia, e não do sujeito

organizado que pode interferir coletivamente no destino da nação, só vai reduzir a sociedade civil a um conjunto de organismos voluntários e filantrópicos (ONGs, empresas) que expulsam os órgãos de representação política.

Segundo Marilda Yamamoto, o governo que tomará posse em janeiro vai propiciar um terreno para que se comece a implementar um novo projeto societário que os assistentes sociais tanto buscam através do seu projeto ético-político, que norteia a categoria. A professora acredita que os profissionais de Serviço Social estão mais preparados e com mais acúmulo de experiência que outras profissões correlatas.

Contribuição

Entre os principais desafios do as-



"A MAIOR MUDANÇA ESTÁ NA RELAÇÃO ESTADO/SOCIEDADE"

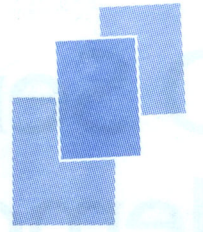
M. Yamamoto

A grande novidade do governo do presidente Luis Inácio Lula da Silva, que assumirá o poder em janeiro de 2003, está na esfera política. A maior mudança está na reorientação do desenvolvimento econômico, na nova relação Estado/Sociedade e na maior participação do cidadão, constituindo uma esfera mais democrática. Essa é a opinião da assistente social e professora Marilda Yamamoto, que analisou todo o programa de governo do presidente eleito e acredita que haverá uma economia mais sólida, com o reforço da indústria nacional e do capital financeiro, e estímulo às reformas tributária, agrária, trabalhista, política e da previdência. Essa última, segundo Marilda, deve gerar muita polêmica no que tange às questões de fundos de pensão, que seguem o modelo europeu.

"É um programa de emergência social que tem como principal proposta uma economia mais sólida com reforço no combate às desigualdades e defesa da esfera pública", avalia a professora. No entanto, ela não duvida de que deverá ser um governo de muitos conflitos, mas que terá diferentes formas de enfrentamento desses conflitos. A expectativa de muitos eleitores de Lula é de que sejam feitas reformas. Mas o programa que esse governo apresenta está dentro dos limites do capitalismo. "Não será possível, por exemplo, transformar a distribuição de renda em apenas uma gestão. Mas não é impossível reduzir essa má distribuição", diz. Acrescenta que esse é um dos grandes desafios para esse governo. Um outro é criar uma cultura democrática, pois vai ser necessário haver mais diálogo entre governo

sistente social nessa nova era política está o de criar canais para dar visibilidade à intensa produção da categoria. "O assistente social tem um manancial de denúncias das desigualdades sociais que tem que ser colocado a serviço do público". Marilda explica que a categoria tem o compromisso de resgatar este precioso conteúdo acumulado no exercício profissional, derivado de informações e situações de vida apreendidas no contato cotidiano com a população, e

alimentá-lo com a denúncia de situações e com a viabilização de formas de enfrentar esse processo. É preciso, afirma ela, estimular inserções sociais que contenham potencialidades e democratizar a vida em sociedade, conclamando e tornando possível a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública. A contribuição do assistente social à nova administração do país se faz necessária, principalmente na área da assistência.



to político e social

UM
TÁRIO

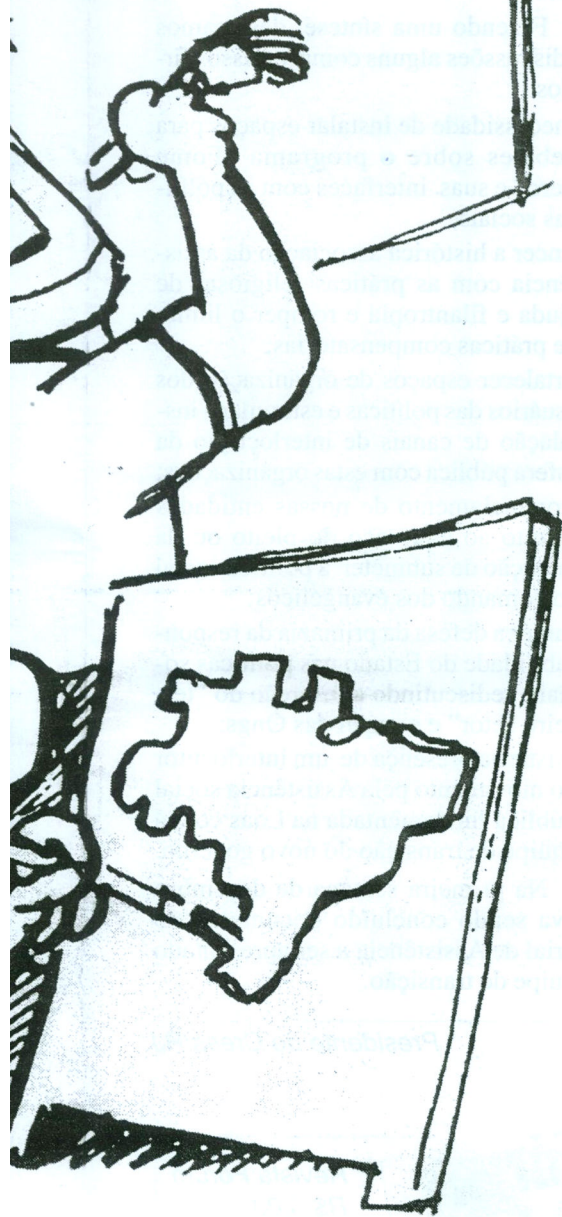


FOTO: ARQUIVO CRESS

Haroldo Abreu

Avanços possíveis

A força alcançada nas urnas com a expressiva votação de Luis Inácio Lula da Silva para presidência do Brasil permitirá a aprovação de projetos mais progressistas, mesmo tendo que enfrentar uma maioria conservadora no Congresso. É nisso que acredita o professor, historiador e doutor em Serviço Social Haroldo de Abreu, que acrescenta serem muitos os indicadores concretos de que alguns avanços serão possíveis. O respaldo eleitoral conquistado por Lula é apenas um deles. “Eleger Lula representa a retomada da transição democrática do Brasil, que havia sido interrompida com a eleição de Collor”.

O programa do Partido dos Trabalhadores (PT) tem como objetivo possibilitar um crescimento econômico do país com maior distribuição de renda e geração de empregos, mantendo a perspectiva de superávit atual (em torno de 3,75% do PIB), o que só será possível se o PIB (Produto Interno Bruto) crescer e os investimentos aumentarem e isso ainda é incerto. Mas essa também é a aspiração majoritária da sociedade, explica o professor. Para ele, o grande desafio do novo governo é garantir o mínimo social e conseguir aprovar a reforma tributária logo no primeiro ano de governo. Na opinião de Haroldo, esse primeiro ano será difícil, pois o orçamento já foi aprovado e a margem de manobra de transferência de recursos é pequena. Além disso, cerca de 60% do Orçamento da União para 2003 já está comprometido com o pagamento da dívida externa.

As reformas agrária e da previdência também fazem parte da pauta do governo eleito. Na Previdência, está prevista a Pensão Universal, com um patamar mínimo e complementada por

um outro plano de previdência. Esse ponto, certamente, diz Haroldo, vai gerar muita polêmica na sociedade. Na área agrária, também serão necessárias renegociações. Ele acredita que a escassez de recursos junto com as pressões políticas podem gerar conflitos com o movimento social organizado.

A base objetiva de conflitos nesse governo está nas demandas que, cada vez mais, entram em confronto com o pagamento da dívida externa.

“Democracia Republicana”

Segundo Haroldo Abreu, atualmente o PT representa a social democracia ou como ele prefere dizer a “democracia republicana” e não existe mais no horizonte o sinal de fortes transformações. Por outro lado, cresce a possibilidade de avanços, pois o partido que assumirá o governo tem sua origem no movimento social organizado e está comprometido com os anseios desse segmento. A vitória de Lula significa uma liderança pessoal, e não se pode esquecer que há toda uma questão simbólica em torno da imagem do presidente eleito (um trabalhador bem sucedido que reflete a aspiração da população trabalhadora), aliada à força do PT e à manifestação do povo de insatisfação com a política adotada nos últimos oito anos. Além disso, é possível acrescentar que esse modelo de proposta de governo, para implementar o seu projeto, busca a conciliação com a classe empresarial, que detém o capital e, por isso mesmo, o poder de mudar as regras do jogo econômico.

Para concretizar a retomada do crescimento econômico tão esperado é preciso comprometer a renda pública para investir nos segmentos estratégicos, e isso implica o não pagamento da dívida externa, ter um saldo comercial crescente para reduzir a dependência do capital estrangeiro, investir na política de redução dos juros e combater a especulação com o câmbio. Esse é o ponto de vista do professor, que acredita ainda que a estratégia para obter êxito depende fundamentalmente do apoio popular.

A soberania nacional é uma questão relevante no governo eleito. Em relação à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), por exemplo, será preciso negociar para que o mercado americano se abra para os produtos da

América Latina e que permita que os produtos brasileiros tenham alguma proteção. Sem dúvida, garante Haroldo, será necessário que o governo eleito imponha condições e force uma postura de defesa de interesses nacionais.

Políticas Sociais

De acordo com o professor, na área de Políticas Sociais as mudanças devem ser graduais. A proposta é de romper com a pulverização da política social, que é utilizada para organizar bases políticas e não para resolver os problemas. “Há um compromisso de pacto social, um compromisso entre a sociedade de mercado com um estado de bem-estar”, ressalta.

A tendência é das áreas de educação e saúde ganharem mais atenção e serem fortalecidas nesse novo projeto de sociedade, que visa a ampliação da assistência à pobreza com programas assistenciais, de segurança alimentar e de programas ligados à criança e adolescente. Esses últimos devem sofrer um processo de unificação para concentrar recursos e esforços. O segundo ano de governo deve ampliar o programa Bolsa-Escola, pois terá mais verbas para redirecionar na área social. Vale destacar ainda, diz Haroldo, que o programa de combate à fome, seguramente, terá um resultado positivo, mesmo que isso não signifique o fim da miséria. O sucesso do primeiro ano de governo é que vai definir as políticas públicas para os anos seguintes.

Pela primeira vez na história do Brasil um presidente não vem das elites oligárquicas, lembra Haroldo Abreu. “Mudar a forma de governar e romper com a cultura oligárquica é dar o primeiro passo para a democracia”. Na democracia, o governo trabalha junto com a sociedade e, por isso, ele acredita que se dará a transição democrática, pois o partido até agora tem tido como prática ouvir a sociedade. Uma das mudanças concretas, preconiza o professor, é que vai mudar o modo de se fazer política no Brasil e, num caso mais específico, de se participar dos conselhos. Unificar os conselhos para que as políticas sejam debatidas por vários segmentos da sociedade é um dos caminhos que podem ser adotados. O desafio do governo é implementar as propostas da campanha. “E isso não é pouca coisa”, diz.

**“PELA PRIMEIRA VEZ
NA HISTÓRIA DO BRASIL
UM PRESIDENTE NÃO
VEM DAS ELITES
OLIGÁRQUICAS”**

H. Abreu



O Serviço Social e o projeto democrático popular no governo Lula

Com o início do governo Lula, com certeza aumentam as oportunidades de vermos efetivados os resultados do trabalho dos assistentes sociais no campo das políticas sociais em todo o país. Os anos recentes foram de um trabalho árduo no enfrentamento das idéias neoliberais que se implementaram entre nós, especialmente nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso. A resistência ao quadro de dificuldades da população e a precariedade das nossas condições de trabalho levaram o Serviço Social a “remar contra a maré”, como diziam nossas lideranças. Agora é um novo tempo que nos remete ao esforço de construção de um novo país e somos animados por grande esperança que, compartilhamos com a maioria da população, conforme as notícias na imprensa diária. Contudo, para além da esperança, estamos requisitados ao trabalho, mesmo que esta requisição não parta das autoridades de governo ou dos dirigentes institucionais. Sabemos que estamos convocados para um especial trabalho coletivo, em função do projeto profissional que construímos no Brasil.

Vamos intensificar as nossas ações dos últimos anos na implementação das políticas sociais públicas para contemplar os direitos sociais. Devemos insistir na democratização das relações Estado e sociedade explorando as iniciativas já adotadas para o controle social: os conselhos paritários e deliberativos e as conferências. Outros espaços de participação popular devem ser valorizados pois a democracia ganha centralidade entre nós.

Os desafios para construção de um novo país implicam em um projeto ético-político profissional comprometido com os direitos humanos e sociais, com a democracia, com a igualdade e justiça social, enfim com uma nova ordem societária. Também requer a competência teórica e interventiva que temos e que nos auxilia a formular políticas e planos, a definir estratégias e fazer alianças, a estabelecer prioridades, a manter um posicionamento crítico a respeito das medidas governamentais sempre que necessário. A inegável organização da categoria via suas entidades de representação: na esfera acadêmica e no movimento estudantil, e a exemplo o conjunto CFESS/Cress na defesa do exercício e da ética profissional é fundamental nesta constru-

ção. A ação das entidades em obediência à legislação, que conforma o Serviço Social na con-temporaneidade privilegia os interesses da sociedade que demanda bons serviços desta categoria profissional e não os da própria corporação. Implica ainda na enorme disposição de luta dos assistentes sociais nas diferentes áreas de trabalho e a experiência de buscar sempre a articulação das entidades com a categoria no enfrentamento de tantos desafios

Precisamos reconhecer que o projeto profissional hegemônico no Serviço Social brasileiro guarda identidade e sintonia com projeto político democrático-popular que chega ao poder sob o comando de um operário metalúrgico. Isto parece ser uma situação mais favorável ao nosso trabalho, embora não elimine o conjunto de dificuldades presentes no cenário nacional e na ordem mundial. De verdade, será um tempo de muito trabalho para governantes, parlamentares, movimentos sociais, profissionais técnicos, trabalhadores em geral, a exigir paciência, compromisso e competência. Os assistentes sociais já têm que estar nas primeiras fileiras pois foi dado o sinal de inversão das prioridades em favor do homem. Afinal, o que vai significar o Programa “Fome Zero” anunciado pelo novo presidente? Óbvio muito além do que de imediato, vencer a fome via medidas de segurança alimentar. Na pauta, a reforma agrária, a retomada do desenvolvimento do país para atender o consumo interno e gerar emprego, a educação plena, a formação profissional, a valorização da cultura das regiões e do país, a preservação do meio ambiente e a

Hilda Correa*

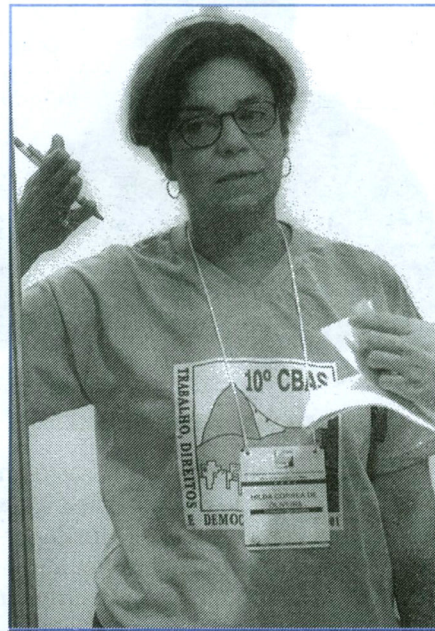


FOTO: JOÃO ROBERTO RIPPER

atenção aos problemas das cidades. São temas que estão presentes no cotidiano dos assistentes sociais nos seus estudos, na implementação de serviços e no esforço de defender direitos.

Assistência

O CFESS fiel ao seu compromisso de articular nacionalmente a categoria e reconhecendo a relevância deste momento, convocou uma reunião ampliada para discutir a posição do Serviço Social frente ao novo governo do país, que se realizou em Brasília no dia 29 de novembro. O Cress do RJ esteve presente com um diretor que também participou no dia anterior da reunião ampliada do Setorial Nacional da Assistência Social do PT. Estavam presentes outros assistentes sociais do Rio. A reunião do Setorial contou com

a presença de cerca de 107 participantes, entre os quais, em maioria, os assistentes sociais que ao longo de dez anos são militantes constantes na implementação da Loas e da política pública de Assistência como componente da Seguridade social.

Fazendo uma síntese, destacamos das discussões alguns compromissos firmados:

- a necessidade de instalar espaços para debates sobre o programa “Fome Zero” e suas interfaces com as políticas sociais;
- vencer a histórica associação da assistência com as práticas religiosas de ajuda e filantropia e romper o limite de práticas compensatórias;
- fortalecer espaços de organização dos usuários das políticas e estimular a instalação de canais de interlocução da esfera pública com estas organizações;
- pronunciamento de nossas entidades quanto ao equívoco do pleito ou da intenção de submeter a política social ao comando dos evangélicos;
- manter a defesa da primazia da responsabilidade do Estado nas políticas sociais, rediscutindo a inserção do “terceiro setor” e o papel das Ongs;
- insistir na presença de um interlocutor do movimento pela Assistência social pública fundamentada na Loas com a equipe de transição do novo governo.

Na primeira semana de dezembro estava sendo concluído documento do setorial de Assistência a ser apresentado à equipe de transição.

* Presidente do Cress/RJ

PUBLICAÇÕES À VENDA NO CRESS



▶ **Assistente Social: ética e direitos, 4ª edição** R\$ 13,00

▶ **Agenda 2003** R\$ 13,00



▶ **Caderno Cidadania** R\$ 3,00

▶ **Caderno de Resumos do CBAS** R\$7,00

▶ **Kit com o Caderno de Resumos do CBAS, camiseta e bolsa** - R\$ 15,00

▶ **Superando Desafios** R\$ 11,00

▶ **Revista Inscrita** R\$ 10,00



▶ **Revista Fórum** R\$ 5,00



▶ **Cadernos ABONG** R\$ 3,00



▶ **Código de Ética do Assistente Social Lei 8662/93** R\$ 4,00

Direitos e Deveres do Assistente Social

A lacração do material técnico é um dos procedimentos previstos nas normas da Política Nacional de Fiscalização. Cabe ao assistente social garantir o caráter confidencial das informações que vier a receber em razão do seu trabalho, bem como do material social produzido. O assistente social que for desligado do seu local de trabalho por aposentadoria, demissão ou exoneração deve repassar todo o material técnico, que são seus instrumentos de trabalho, como prontuários, cadastros, fichas de evolução, livro de ocorrência entre outros, para o profissional que virá substituí-lo.

Lacre

Caso esse repasse não seja possível, o material deve ser lacrado na presença de um representante ou fiscal do Conselho Regional de Serviço Social. É importante destacar que o lacre só poderá ser rompido na presença de um representante do Cress. Mas na impossibilidade da presença desse representante, o assistente social que assumir o Setor de Serviço Social poderá retirar o lacre, desde que faça um relatório registrando o ato de rompimento do lacre, declarando

que passará a se responsabilizar pela guarda e sigilo do material.

Se a instituição que o assistente social trabalhar promover a extinção do setor de Serviço Social, os arquivos poderão ser incinerados pelo profissional responsável, que deverá comunicar imediatamente, por escrito, ao Cress. A lacração do material técnico precisará ser assinada pelo profissional responsável, pelo agente fiscal e testemunhas, se houver, e constar em três vias, que ficará com o Cress, com a instituição e com o assistente social.

Sigilo

A agente fiscal do Cress 7ª Região, Nízia Maria Vieira dos Santos, explica a importância de garantir o sigilo das informações prestadas ao assistente social para que esses continuem merecendo a confiança dos seus usuários. Por isso, o material técnico deve ser embrulhado em papel resistente, como o pardo por exemplo e, depois passada fita crepe ou gomada com as assinaturas em cima, com o objetivo de assegurar a sua inviolabilidade. Para deslacrar o material, o procedimento requer o mesmo ritual do lacre.



Nízia esclarece que dentro das normas de fiscalização há outros procedimentos técnicos como a notificação, que é uma correspondência dirigida ao profissional em caso de constatação de irregularidades na instituição em que o assistente social desempenha suas funções, e que também pode ser dirigida ao profissional que possa estar infringindo os artigos da Lei que regulamenta a profissão de Servi-

ço Social. Há o relatório de visita de fiscalização que deve ser utilizado pelo agente fiscal nas visitas, sejam de caráter preventivo, regular ou rotineiro. O objetivo é conhecer as condições de trabalho, o perfil da instituição, o número de profissionais e os projetos que estão sendo executados. Existe também o termo de visita a ser preenchido e entregue ao local de trabalho fiscalizado identificando irregularidades, se houver. Há o relatório de averiguação de irregularidades, que é um instrumento usado pelo agente fiscal para o registro de ocorrências que infrinjam a Lei 8.662/93 e o Código de Ética do assistente social.

Intervenção possível

A agente fiscal destaca ainda que a Lei de Regulamentação e o Código de Ética andam juntos. O assistente social tem deveres com esse código, mas muitas vezes por medo de sofrer qualquer tipo de retaliação no trabalho não toma nenhuma atitude. Ela alerta que esses profissionais podem e devem acionar o Cress para fazer essa intervenção direta junto à instituição. “Uma das finalidades do Conselho é apoiar o profissional”, conclui.

Processo Disciplinar Ético e Processo de Desagravo Público

O Cress recebe dois tipos de denúncia. Uma é contra o assistente social inscrito no Conselho que tenha infringido o Código de Ética e a outra é contra qualquer pessoa que tenha violado os direitos e prerrogativas do profissional de Serviço Social. Ambas são analisadas pela Comissão Permanente de Ética (composta por conselheiros e profissionais da base) que, entendendo serem pertinentes ou não, fundamenta um parecer e o encaminha para

análise do Conselho Pleno (maior instância interna de decisão do Conselho). No caso da Comissão de Ética concluir que a denúncia procede e seu parecer seja acatado pelo Conselho Pleno, é expedida uma Resolução, contendo a deliberação de abertura e processo e a composição de uma comissão temporária (Comissão de Instrução).

Para a denúncia contra o assistente social é instaurado o Processo Disciplinar Ético, a ser encaminhado

pela Comissão de Instrução. Este processo é específico a ser instaurado contra o assistente social que infrinja os dispositivos legais referentes ao Código de Ética da profissão, pois somente a ele, o Conselho tem competência e legitimidade para aplicar sanções, cujas penalidades apresentam graduações que passam pela multa, advertência reservada, advertência pública, suspensão do exercício profissional e cassação do registro profissional. Se a denúncia for contra qualquer pessoa ou entidade que viole os direitos e prerrogativas do profissional de Serviço Social, é instaurado o Processo de Desagravo Público, sob a responsabilidade da Comissão de Prerrogativas.

De acordo com a assessora jurídica do Cress 7ª Região, Dalma Ferraz, o Desagravo Público representa a utilização de um dos instrumentos legais de defesa do exercício profissional, que pode ser acionado

para reparar uma ofensa, reprimir uma injúria contra os direitos e prerrogativas do assistente social e preservar a imagem da profissão. O primeiro Ato de Desagravo Público no Estado do Rio de Janeiro promovido pelo Cress (RJ) foi realizado em maio de 1999 e foi um marco em defesa da honra da categoria.

É preciso lembrar que essas comissões utilizam todos os meios legais para a elucidação dos fatos e são compostas, no mínimo, por três assistentes sociais nomeadas pelo Conselho Pleno do Cress. As profissionais devem ter capacidade técnica comprovada, idoneidade moral e estar em dia com o Conselho. A atividade voluntária (com ajuda de custo), desempenhada por esses assistentes sociais, é de grande responsabilidade e relevância para toda a categoria, pois sua contribuição torna possível que os processos tenham a agilidade necessária para que sejam resolvidos com a maior brevidade possível.

AGRADECIMENTOS

Saiba como participar da Comissão de Instrução. Dê sua contribuição! Entre em contato com o Conselho para saber mais detalhes. O Cress agradece a participação, em 2002, das assistentes sociais: Nelly Barboza Giannetti, Celeste Mirian Salvador, Maria da Penha Custódio Azevedo, Ilma Doher, Dácia Cristina Teles Costa, Gláucia Elaine S. de Almeida, Maria Nazaré Martins Silva, Italuana Guimarães Rosário, Maria da Conceição Coelho de Moraes Soares, Maria da Penha Moraes, Nilda Tereza de Andrade, Lecyr Amaro Pinheiro Lobo, Érida Aparecida José da Silva, Rosely Reis Lorenzato, Simone Taurino, Maria da Penha Moraes e Elionai.

Na visita à Cidade de Deus parada obrigatória no ônibus 174 para os assistentes sociais

Rodrigo Silva Lima*

"Vamos fazer uma longa viagem numa cidade que segue sofrendo, que sofre vivendo e que chora sorrindo, e sangra sem choro, que tenta mudar o destino traçado para os filhos seus, uma viagem de ida e de volta a uma cidade chamada de Deus"

MV Bill

"Se eu fosse mágico não existiria drogas, nem fome, nem polícia"

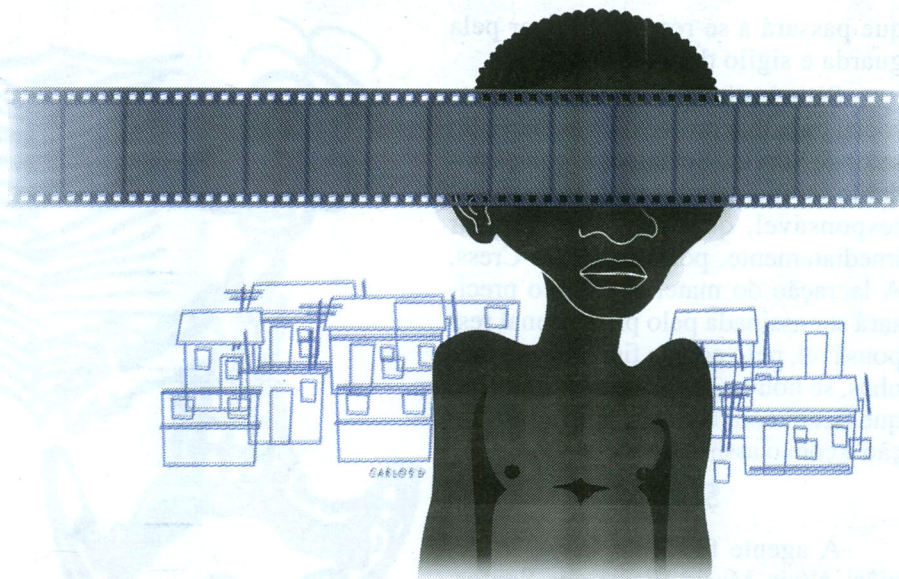
Racionais Mc's

Esses dois trechos de músicas servem para ilustrar o início do debate acerca de dois filmes obrigatórios para a categoria de assistentes sociais: "Cidade de Deus" e "Ônibus 174". O movimento Hip Hop adivinhou alguns acontecimentos ou contribuiu para colocá-los na ordem do dia. De maneira poética, MV Bill trata do seu bairro com muita propriedade e expressa a realidade do atual fenômeno do cinema brasileiro. Já os Racionais Mc's mostram os "males" da sociedade e os desafios contemporâneos que precisam ser enfrentados pelo conjunto da sociedade.

Não podemos negar o sucesso dos "enlatados", filmes de guerra, lutas marciais, ação, em que se pode assistir a verdadeiras carnificinas. É possível observar que, em determinados segmentos, a violência (entendida por nós como uma das múltiplas expressões da questão social) tornou-se objeto de exploração comercial, por mais contraditório que seja, a pobreza e a violência dão lucro, portanto quanto maior o requinte de crueldade e sensacionalismo melhor.

Aliada a esta violência banalizada, espontânea e desconexa com os determinantes sócio-econômicos-políticos e ídeo-culturais, temos uma mídia que privilegia imagens chocantes e aberrações, esquecendo da função social e educativa da comunicação de massas.

Existem jornais que vendem as imagens da violência, da fragmentação da sociabilidade humana e das consequências dos conflitos urbanos no dividido e complexo espaço metropolitano. Há um programa de tv que desprestigia a categoria de assistente social e anuncia que os direitos humanos e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) só servem para "bandidos e menores infratores" invertendo a lógica dos direitos humanos e sociais.



Estética da violência

Compete aos assistentes sociais, em seus trabalhos, intervir nas expressões da questão social e contribuir para que centenas de crianças e adolescentes, tenham seus direitos garantidos e possam trilhar outros caminhos diferentes "do Sandro" (Ônibus 174), "Zé Pequeno, Dadinho e Bené" (personagens de Cidade de Deus).

Em Cidade de Deus o espetáculo está na nova linguagem adotada pelo cinema brasileiro é a marca do sensacionalismo, que aponta para inversão da realidade, sem um conteúdo político e ideológico ou formas coletivas de enfrentamento da desigualdade social. O filme acertou em mostrar a ausência do Estado nessas áreas carentes abrindo espaço para a instalação do aumento do poder do tráfico. Mas errou ao se preocupar com o exagero da estética da violência para tornar o filme comercialmente aceito, deixando de lado a preocupação política e ideológica. O filme poderia ter cumprido uma função social no sentido de iniciar um processo de tomada de consciência e na apresentação de alternativas para essa situação.

Cidade de Deus é bem feito, mas choca porque quem morre na sucessão alucinante de tiros, não é um traficante colombiano, tampouco um negro americano ou um terrorista palestino, mas brasileiros. Há exageros fundamentais, pois o filme isola a favela completamente do resto da cidade, retrata a criminalidade com um poder de fogo descomunal. Não podemos esquecer que os famosos fuzis AR-15 e as pistolas automáticas só chegaram ao mercado na década de 90. E há um "ritual de passagem" que chega a ser apelativo, em que uma criança é obrigada a matar a outra por uma espécie de honra criminal ou associativismo irraci-

onal ao bando dominante. Por isso, tende a disseminar o medo e a estigmatizar os moradores, estereotipando o favelado como bandido e a favela como terra de ninguém. De acordo com uma entrevista do rapper MV Bill, morador da Cidade de Deus, o filme não traz benefício para essa área e mostra um preconceito ao insinuar que a favela é a grande causadora da violência nas grandes capitais.

Consciência e transformação

Um filme com o potencial de Cidade de Deus, de excelente qualidade técnica que foi indicado para disputar o Oscar de melhor filme estrangeiro, poderia introduzir mensagens que apontam para uma saída, como no filme "os Panteras Negras" (que dificilmente encontramos nas locadoras e em cópias dubladas, como sugestão para quem encontrar, vale a pena assisti-lo).

Os assistentes sociais podem sair do cinema angustiados e se questionando como trabalhar a sociabilidade, a cultura e a educação, com crianças e adolescentes que comungam de valores difusos no meio da criminalidade, convivendo entre dúvidas e incertezas e que só constata a presença do Estado quando a polícia invade a favela violentamente? Em muitos casos o herói, termina sendo o anti-herói, mas existe a sensação de pseudopoder: por ser respeitado e conhecido no morro ou na favela; por andar armado e ter dinheiro e ter mulheres. Mas uma de nossas tarefas é tomar consciência da realidade para tentar transformá-la.

Realidade transcende a ficção

Toda a população parou para assistir em transmissão ao vivo pela tv o se-

qüestro do ônibus de número 51028 da empresa Amigos Unidos, que culminou com a morte de uma passageira no dia 12 de junho de 2000 e que fazia o itinerário Central - Gávea. Agora toda essa transmissão ao vivo foi recheada de detalhes com direito a história da trajetória de Sandro e aos bastidores desse triste episódio se traduzindo no filme documentário "Ônibus 174" que de tão realista, vem causando em todos aqueles que assistiram um misto de sensações que vai da indignação e perplexidade à comoção fatalista.

A gente sai com a sensação que conhecemos outros meninos como o Sandro, pois é a essa população a quem prestamos nosso atendimento como profissionais de Serviço social. Não existe personagem. Sandro representa ele mesmo ao mostrar uma vida cheia de problemas, somado a experiência de ter presenciado o assassinato da própria mãe, de ter sido um dos sobreviventes da chacinha da Candelária e de ter sido tão violentado. Ao contrário do que acontece em Cidade de Deus, a principal vítima do filme passa a ser o "suposto vilão". O Ônibus 174, no entanto, apresenta um deslize que passa por imperceptível, mas necessita ser mencionado: Ivone Bezerra, a "tia Ivone", é uma artista plástica e não assistente social. Isso revela, mais uma vez, a falta de visibilidade que a sociedade ainda tem sobre o nosso trabalho profissional.

O desafio do projeto ético político do Serviço Social consiste em um tratamento exógeno, que extrapole os limites que materializam a profissão. O combate às desigualdades só será garantido com acesso aos direitos sociais, e também com a denúncia de suas violações (como fazem os cantores do RAP). Consiste também em articular as reais condições e relações sociais e humanas, numa ruptura com antigos paradigmas, com práticas tradicionais, conformando exercícios profissionais plurais e advindos de forças sociais progressistas, que se coadunam com os eixos teórico-metodológicos técnico-operativos e ético-políticos sustentados na formação profissional e em parâmetros legais.

É importante destacar que, como profissionais, teremos que emitir opiniões sobre os dois filmes de forte cunho social. É nossa tarefa fazer uma análise crítica e que possa contribuir para transformar essa realidade social. É preciso mostrar a nossa cara, dizer pra que viemos. Buscar dar respostas qualificadas ao exercício profissional, pois é esse o conteúdo crítico que nos diferencia do senso comum. Fica registrado que o Brasil precisa de assistentes sociais e que os assistentes sociais querem e trabalham por um Brasil diferente.

* Conselheiro do Cress/RJ